

Ata nº 67 / XIII / 2.ª SL

Aos catorze dias do mês fevereiro de 2017, pelas dezasseis horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Estrangeiros, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata, com a seguinte,

Ordem do Dia (OD):

1. Informações gerais

2. **Apreciação do Parecer de assentimento à deslocação do Senhor Presidente da República ao Reino da Bélgica** de 21 a 23 de março de 2017 - Projeto de Resolução n.º 646/XIII/2.ª

3. **Apreciação e votação do Relatório da Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO** relativo à Governação da União da Energia (altera e revoga diversas diretivas e Regulamentos - [COM\(2016\) 759](#))

- Deputada autora do parecer: Joana Lima - PS

4. **Apreciação e votação do Relatório da COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO** Modelo de acordo relativo ao estatuto referido no artigo 54.º, n.º 5, do Regulamento (UE) 2016/1624 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de setembro de 2016, relativo à Guarda Europeia de Fronteiras e Costeira - [COM\(2016\) 747](#)

- Deputado Relator: António Ventura - PSD

5. **Apreciação e votação do Relatório da Proposta de DECISÃO DO CONSELHO** relativa à celebração, em nome da União Europeia, de um acordo que altera o Acordo entre os Estados Unidos da América e a Comunidade Europeia sobre cooperação em matéria de regulamentação da segurança da aviação civil - [COM\(2016\) 694](#)

- Deputada Relatora: Lara Martinho - PS

6. **Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, para audição, com caráter de urgência, do Ministro dos Negócios Estrangeiros** sobre a decisão do Conselho de Segurança Nuclear espanhol de prolongar a vida da central nuclear de Garonha que poderá abrir um precedente para as restantes, nomeadamente Almaraz.

7. Apreciação e votação de Parecer sobre a realização no Parlamento do “NAWVRUZ” (festividade que assinala o início do ano para os muçulmanos)

Vai realizar-se no Parlamento, no próximo dia 21 de março, à tarde, a cerimónia do “NAWVRUZ”_ festividade que assinala o início do ano para os muçulmanos. A Comissão, quando a tal for solicitada, elaborará o respetivo parecer de concordância.

8. Discussão e aprovação de atas:

- Ata n.º 61, de 18 de janeiro de 2017;
- Ata n.º 64, de 07 de fevereiro de 2017.

9. Outros Assuntos

Iniciada a sessão, presidida pelo Senhor Presidente, **Deputado Sérgio Sousa Pinto**, começou este por dar as boas vindas a todos os Senhores Deputados, seguindo para a abordagem ao **Ponto 1. da OD**, relativamente ao qual informou o seguinte:

- Audição da Sra. Embaixadora de Portugal em Haia, Rosa Batoréu, vai ter lugar no dia 21 de fevereiro de 2017, pelas 15h00. Questionou o Senhor Presidente se a audição deveria ou não, ser pública.

Interveio o Senhor **Deputado Paulo Pisco**, por entender dever ser a Embaixadora questionada acerca da questão. Mas não vislumbra que nesta audição sejam abordadas matérias sensíveis que justifiquem reserva de acesso.

Interveio a Senhora **Deputada Paula Teixeira da Cruz (PSD)** para lembrar que a regra regimental é a de “porta aberta”, salvo a ocorrência de motivação ponderosa.

Interveio o Senhor **Deputado Paulo Pisco (PS)** lembrando a atendibilidade da posição que pudesse vir a ser manifestada pela convidada, no sentido de garantir alguma reserva relativamente a opiniões mais sensíveis.

Interveio o Senhor **Deputado José Cesário (PSD)**, declarando que, dentro do que a lei admite, o PSD concordará com o sentido geral da Comissão.

Interveio o Senhor **Presidente** para referir que, em regra, as sessões da Comissão são públicas, mas que a lei lhe faculta, a título excecional, a hipótese contrária. E lembrou o princípio já anteriormente estabelecido de que, caso venha a existir proposta concreta, poder-se adotar uma solução mitigada, i.e., alocução inicial aberta e restante audição fechada.

- Vai visitar Portugal e a Assembleia da República uma delegação da Comissão de Transportes e da Economia Digital, do Parlamento Federal Alemão, que pretende abordar assuntos de dimensão bilateral e comunitária no setor dos transportes (designadamente marítimos) e infraestruturas digitais. A comitiva integra os seguintes elementos:
- **Valerie Wilms, Bündnis 90/Die Grünen (Chefe da delegação)**
 - **Michael Donth, CDU/CSU;**
 - **Dirk Fischer, CDU/CSU;**
 - **Peter Wichtel, CDU/CSU;**
 - **Arno Klare, SPD;**
 - **Birgit Kömpel, SPD;**
 - **Herbert Behrens, Die Linke;**
 - **Horst Eschenbrenner, (secretariado do Bundestag))**

A única data disponível da agenda desta delegação é dia **21 de fevereiro (3.ª-feira)**, pelas **11h30**, sendo que a sessão decorrerá conjuntamente com as Comissões de Assuntos Europeus, e de Economia, Inovação e Obras Públicas.

Os serviços centralizarão o registo dos Deputados que desejam participar.

- A CNECP, recebeu uma exposição do Grupo dos Amigos de Olivença e de um cidadão – o Sr. Carlos Luna - a dar conta da recente colocação na ponte da Ajuda, sobre o rio Guadiana, do lado de Elvas, de uma placa “União Europeia” assinalando a entrada em território Português, *“facto que contradiz diretamente e coloca em perigo a posição oficial do Estado Português de não reconhecimento da espanholidade de Olivença e recusa de demarcar a fronteira nesse troço do Guadiana”*. Pedem diligências junto do Estado Português para reverter a situação eliminando a placa.
- Neste seguimento, foi deliberado por unanimidade mandar os serviços para a elaboração de uma missiva a endereçar ao MNE, solicitando esclarecimentos acerca desta situação.

Passados ao **Ponto 2.**, foi lido o projeto de Parecer aí referido, tendo o assentimento sido aprovado por unanimidade dos Deputados presentes.

No **Ponto 3**, Foi concedida a palavra à Senhora **Deputada Joana Lima (PS)**, a fim de apresentar o seu Parecer referente à Proposta de Regulamento Europeu sobre Governação da União da Energia. Começou por solicitar a introdução e uma emenda ao texto distribuído e que a mesma fosse considerada para efeitos da presente apresentação, o que foi unanimemente aceite. Prosseguiu, situando o contexto e o âmbito objetivo da Proposta, tendo lembrado tratar-se de **uma das 10 prioridades políticas da Comissão Juncker, consistindo num conjunto de medidas instrumentais para alcançar os objetivos globais da política europeia de energia, em particular a transição para uma economia hipocarbónica, isto é, uma economia alimentada sobretudo a energias renováveis e**

com significativa redução de emissões de CO₂. De seguida, sumariou o conteúdo da Proposta, e em sede de apreciação jurídica suscitou a questão da conformidade da Proposta face ao n.º 2 do artigo 194.º do TFUE, o qual assegura a sua base jurídica. Propondo-se um conjunto de obrigações de planeamento, comunicação e acompanhamento dos planos nacionais, incluindo a obrigação de “ter na máxima consideração as recomendações da Comissão” (art.9.º n.º 3) e o dever de “ter em conta as observações recebidas de outros Estados-Membros (...) e explicar como foram essas observações tidas em conta” (art.11.º n.º4) nos seus planos nacionais, não se pode deixar de considerar que a base jurídica da proposta, que estabelece “o direito dos Estados-Membros a determinarem (...) a sua escolha entre diferentes fontes energéticas e a estrutura geral do seu aprovisionamento energético” (art.194 n.º2 TFUE), poderá não se encontrar inteiramente observada, na medida em que pode estar em causa, implicitamente, a limitação do campo de escolha em política energética dos Estados-Membros. A Senhora Deputada emitiu opinião própria, tendo sublinhado a posição do Governo português sobre as políticas energéticas da União que defende a importância do desenvolvimento das interligações face à insuficiência destas infraestruturas da Península Ibérica, o que constitui, em si mesmo, um obstáculo ao desenvolvimento do mercado ibérico da energia, incluindo o investimento em infraestruturas e interligações com outros países e regiões. Concluiu, pelo envio do Parecer⁴ em apreço à 4.ª Comissão, para os fins devidos.

Interveio o Senhor **Deputado Paulo Neves (PSD)** para cumprimentar todos os presentes e felicitar a Senhora Deputada pelo trabalho realizado. Sublinhou que o PSD acompanha esta matéria com muita atenção, designadamente, em função do Acordo de Paris, a qual foi acompanhada pelo Senhor Deputado Moreira da Silva, ao tempo membro desta Comissão. Realçou o facto de a Proposta ser para implementação em todos os países da União, estabelecer metas e cronogramas de execução, capaz de produzir uma alteração de paradigma energético na União.

Interveio o Senhor **Presidente**, manifestando a sensação de que existe ênfase a mais nas políticas nacionais e de menos sobre o mercado único europeu de energia, não tratando de forma idênticas situações existentes nos diferentes países, nem assegurando convenientemente a interligação entre os diferentes mercados nacionais. Terminou, agradecendo o trabalho produzido pela Autora do Parecer.

Submetido à votação, o Parecer foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes.

Relativamente ao **Ponto 4.**, o Grupo Parlamentar do PSD solicitou o adiamento da apresentação e discussão do Parecer em apreço, tendo sido solicitada ao mesmo a melhor atenção na gestão dos prazos, dado ter sido já a segunda vez que se procedeu ao adiamento da discussão desta matéria.

Passados ao **Ponto 5.**, foi concedida a palavra à Senhora **Deputada Lara Martinho (PS)** para apresentação do seu Relatório alusivo à matéria descrita supra. Começou por situar objetivamente a matéria e seus antecedentes, realçando o facto de se tratar de matéria extremamente técnica que aprofunda e desenvolve o Acordo já existente no domínio da regulamentação de segurança na aviação civil. De substância, a presente Decisão veio alargar o âmbito das áreas de cooperação e harmonizar a regulamentação aplicável neste domínio em ambos os lados do Atlântico. A Senhora Deputada emitiu opinião própria, no sentido de realçar as vantagens no alargamento do âmbito do Acordo entre os EUA e a UE de cooperação regulatória em matéria de segurança da aviação civil, tendo sublinhado a cada vez maior competitividade do sector da aviação, cujos benefícios se fazem sentir na crescente facilidade de deslocação dos cidadãos e no aumento exponencial do fluxo de passageiros entre as várias regiões do mundo. Paralelamente, há necessidade de desenvolver sistemas de segurança cada vez mais eficientes, devendo o desenvolvimento do sector da aviação ser promovido e facilitado, de forma a assegurar a liderança europeia no mercado mundial e o acolhimento global do nível de exigência dos padrões europeus de segurança.

Concluiu, dever o presente Relatório, nos termos da Lei n.º 43/2006 de 25 de agosto de 2006, ser remetido, para os devidos efeitos, à Comissão de Assuntos Europeus.

Interveio o Senhor **Deputado José Cesário (PSD)** para, em nome do seu Grupo Parlamentar, saudar a Deputada Relatora pelo trabalho realizado, dada a relevância e sensibilidade da matéria que nem sempre foi consensual entre os diferentes atores envolvidos. Afirmou que irá votar favoravelmente o Relatório, sem prejuízo de manter um acompanhamento próximo desta matéria.

Interveio o Senhor **Deputado Paulo Neves (PSD)** para solicitar esclarecimento sobre se as medidas que a Administração americana vai tomando neste domínio entram imediatamente em vigor ou se têm de ser ratificadas pela União e quem negocia em nome das Partes envolvidas.

Interveio a Senhora **Deputada Lara Martinho** para afirmar desconhecer quais são as alterações e se são diretamente aplicáveis. Sabe que, na União, tal competência está a cargo de uma agência no âmbito da Comissão Europeia, sendo a Autoridade Americana de aviação a representar a Parte americana.

Interveio a Senhora **Deputada Paula Teixeira da Cruz (PSD)** para anunciar que o seu voto favorável é feito sob reserva de sujeito a condição revogatória do sentido do seu voto, dependendo da posição que a Administração americana venha a tomar acerca desta problemática, no sentido de revogar a sua decisão, ora apresentada. Estando em causa a segurança a União deve reavaliar com muito cuidado futuras propostas de alteração ao

Acordo, na medida em que estas ponham em causa direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos europeus.

Interveio o Senhor **Deputado Pedro Filipe Soares (BE)** para perfilhar em pleno a posição manifestada pela Senhora Deputada Paula Teixeira da Cruz.

Retomou a palavra o Senhor **Deputado Paulo Neves (PSD)** para sublinhar que o PSD não emitirá “cheque em branco” a alterações futuras neste domínio.

Interveio a Senhora **Deputada Lara Martinho (PS)** para, enquanto Autora, propor à consideração da Comissão uma alteração de teor ao Relatório, acolhendo de forma expressa as preocupações manifestadas e a correspondente reversibilidade do seu parecer, tendo para tal solicitado a confiança da Comissão, a fim de introduzir as respetivas emendas, sem prejuízo da votação.

Submetido à votação, o Relatório foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes, com a reserva proposta pela própria Autora.

Relativamente ao **Ponto 6.** , foi concedida a palavra ao Senhor **Deputado Pedro Filipe Soares (BE)** para apresentação do Requerimento do seu Grupo Parlamentar, para audição urgente do Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros. Fundamentou o requerido, pelo facto de as preocupações com Almaraz, que são evidentes, não esgotarem a discussão desta temática, devendo igualmente não ser esquecido o caso da central de Santa Maria de Garonha que pode bem vir a ser o “pontapé de saída” para o projeto de extensão do projeto nuclear espanhol.

Interveio o Senhor **Deputado Paulo Pisco (PS)** para referir tratar-se de questão preocupante para todos e que o Governo tem acompanhado. Realçou o respeito pela legislação europeia sobre esta matéria e que o PS não objeta ao requerido pelo BE.

Interveio o Senhor **Deputado José Cesário (PSD)**, para informar que o seu Grupo Parlamentar votará favoravelmente ao requerido, tendo sugerido a extensão do convite à participação nesta audição às Comissões do Ambiente, e dos Assuntos Europeus.

Interveio o Senhor **Deputado Filipe Lobo d’Ávila (CDS/PP)**, para informar que o CDS acompanha o requerido e manifestou preocupação com a condução política deste dossiê, por parte do Ministro do Ambiente.

Submetido à votação, o Requerimento apresentado pelo BE foi aprovado por unanimidade.

Relativamente ao **Ponto 7.**, foi apresentado um projeto de Parecer a emitir pela Comissão, no âmbito da consulta promovida por sua Excelência, o Presidente da Assembleia da República, nos termos e para os efeitos a que se refere o Regulamento de eventos, em vigor.

Interveio o Senhor **Deputado Filipe Lobo d'Ávila (CDS/PP)**, solicitando mais informação acerca do teor e enquadramento desta iniciativa.

Interveio o Senhor **Deputado Alberto Martins (PS)** explicando que a realização deste evento no espaço físico do Parlamento não é nova, tendo já ocorrido noutras ocasiões, com o apoio unânime de todas as bancadas parlamentares. Relembrou que esta festividade no mundo muçulmano assinala a chegada da Primavera, não possuindo qualquer cariz cerimonial religioso.

Tomou a palavra o Senhor **Presidente** para corroborar a visão expressa pelo Deputado que o antecedeu e que, de resto, considerou resultar suficientemente claro do teor do projeto de Parecer. Não obstante, dado o pedido formulado pelo CDS/PP, incumbiu os serviços de fornecer a informação adicionalmente requerida, transferindo para uma próxima sessão a apreciação final do Parecer da Comissão.

No **Ponto 8. da OD**, foram, lidas as atas ali indicadas, tendo ambas sido aprovadas por unanimidade dos Deputados presentes.

Já no âmbito do **Ponto 9.**, pediu a palavra a Senhora **Deputada Lara Martinho (PS)**, solicitando ao senhor Presidente que os Serviços procedessem à distribuição de diversos documentos relacionados com a peça que apresentou, designadamente sobre as autoridades que participaram nas negociações do Acordo sobre aviação civil. Mais requereu a correção de uma referência feita a páginas sete do mesmo Relatório, na parte em que se identifica o México como a segunda maior economia do continente americano, por não corresponder à verdade.

Nada mais havendo a tratar a sessão foi encerrada pelas dezassete horas e cinco minutos.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

A presente reunião possui registo áudio consultável em:

http://media.parlamento.pt/site/XIIIILEG/1SL/COM/02_CNECP/CNECP_20170214_2.mp3

Palácio de S. Bento, 14 de fevereiro de 2017

O Presidente da Comissão

(Sérgio Sousa Pinto)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Martins
Carlos Alberto Gonçalves
Domicilia Costa
Filipe Lobo D' Ávila
Isabel Santos
Joana Lima
José Cesário
Lara Martinho
Nuno Magalhães
Paula Teixeira da Cruz
Paulo Neves
Paulo Pisco
Pedro Filipe Soares
Porfírio Silva
Ricardo Baptista Leite
Sérgio Sousa Pinto
Berta Cabral
Bruno Coimbra
Carla Sousa
Fernando Jesus
Fernando Negrão
Hugo Costa
Maria Augusta Santos

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
Carlos Páscoa Gonçalves
João Oliveira
Rui Silva
Sérgio Azevedo

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ascenso Simões
Gabriela Canavilhas

A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, realizada no dia 27/06/2017.